

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

LENON SEMICEKI COSTA

MAQUIAVEL: VIOLÊNCIA PONTO LIMITE NECESSÁRIO PARA VIDA
POLÍTICA

CURITIBA
2014

LENON SEMICEKI COSTA

MAQUIAVEL: VIOLÊNCIA PONTO LIMITE NECESSÁRIO PARA VIDA
POLÍTICA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de especialista, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biscaia de Lacerda

CURITIBA
2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LENON SEMICEKI COSTA

MAQUIAVEL: VIOLÊNCIA PONTO LIMITE NECESSÁRIO PARA VIDA POLÍTICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de especialista no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Gustavo Biscaia de Lacerda
Orientador – Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof. Dr.
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Curitiba, novembro 2014

RESUMO

O presente trabalho pretende resgatar o olhar realista na política de Maquiavel, sendo que o enfoque teórico que dá sustentação ao trabalho baseia-se na principal obra do autor, "O Príncipe". A ruptura do pensamento político tradicional (sem utopias de pensadores anteriores ou contemporâneos) e qual o papel da violência nesta política proposta por ele. Dessa forma, procuramos expor as rupturas causadas na política devido à influência dos pensamentos ou ideias de Maquiavel por sua visão realista, dando-lhe o título de precursor da ciência política moderna. Ao final do trabalho percebeu-se que Maquiavel contribuiu com uma análise onde ele percebe a política como uma esfera autônoma da sociedade, com seus princípios e valores específicos. Maquiavel, ao analisar a política no âmbito de como ela realmente é, e não como deveria ser, ele consegue identificar o conceito de poder com a conquista do Estado e à preocupação com a estratégia da guerra para que o objetivo seja atingido, pois para ele, os meios justificam o fim, e por isso o uso da violência algumas vezes torna-se necessária.

PALAVRAS CHAVE: Estado. Poder. Política. Fortuna. Virtú. Violência.

ABSTRACT

The present research goals to recover the realistic view in the politics of Machiavelli. The research theoretical approach is based on the main Machiavelli's book, "The Prince". It enables to introduce the rupture of traditional political thinking (without utopias of previous or contemporary thinkers) and what role of violence in this policy proposed by him. Therefore, we seek to expose the ruptures caused in politics due to the influence of Machiavelli's thoughts, which made him the modern political science precursor. The research concludes that Machiavelli's contribution was to introduce the politics as an autonomous sphere of society, which has its own specific principles and values. Machiavelli analyzes the politics in the context of how it really is, and not how it should be and enables to identify the concept of power with the conquest of the State and the preoccupation with the war strategy to achieve its goal, because for him, the means justify the end, and so the use of violence sometimes becomes necessary.

Keywords: State, Power, Politics, Fortune, Virtù, Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 DADOS BIOGRÁFICOS E CONTEXTO HISTÓRICO DAS OBRAS ESCRITAS POR N. MAQUIAVEL.....	8
1.2 FORTUNA E VIRTÙ ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA ENTENDIMENTO DE SUA POLÍTICA REALISTA.....	14
1.2.1 Fortuna.....	15
1.2.2 Virtù.....	18
2 DESEJOS OPOSTOS E CONFLITANTES.....	22
2.1 O ESTADO DE MODO CONCISO.....	24
2.2 VIOLÊNCIA PONTO LIMITE.....	26
3 CONCLUSÃO.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	32

1 INTRODUÇÃO

Um dos conceitos mais notáveis em Maquiavel é afirmação de que as boas leis são frutos dos conflitos sociais, advindo do exemplo por ele adotado dos romanos, entre as relações plebe e nobres. Na raiz da lei está a violência, cuja função é proporcionar a legitimação de seu exercício pelo aparato estatal como única forma de preservar da decadência a vida política.

Para Maquiavel, no que tange o campo da ação política, o uso da força não será essencial para a manutenção do poder, mas uma forma de eficácia para conquistá-lo. A utilização da força, tema que se segue nos capítulos 12 a 14 de *O príncipe*, Maquiavel argumenta que para haver estabilidade do Estado, o poder do príncipe em qualquer principado, se dá pelas boas leis e boas armas. Devido à condição limite, leva ele dar mais ênfase o uso da força inicialmente. A obra *O príncipe* foi escrita em uma época na qual conviviam valores conflitantes de governos. Uma obra quinhentista do Renascimento italiano, período descrito de lutas e mudanças, em que o próprio Maquiavel fora vítima, mas com coragem encarou tais mudanças até o fim em uma lógica de ação política direcionada pela fundação do Estado italiano.

Maquiavel amava sua pátria e liberdade: “Maquiavel amava a liberdade e nem mesmo disfarçava seu amor. Mas, para fundar um principado novo e livrar a Itália dos bárbaros, a liberdade de um povo corrompido teria sido impotente” (ARON, 2010, p 10).

Pretende-se com a pesquisa resgatar o olhar realista na política de Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”. A ruptura do pensamento tradicional (sem utopias de pensadores anteriores ou contemporâneos) político neste contexto. E Qual o papel da violência nesta política proposta por ele em um período em que a “Itália” ainda não está unificada e sim jogada em vários confrontos internos e externos, principados e repúblicas, onde a busca pelo poder é constante e essencial. A violência é sempre a condição e o ponto limite necessário para vida política.

Dessa forma, nesta monografia, procuramos expor as rupturas causadas na política devido à influência dos pensamentos ou ideias de Maquiavel por sua política realista, dando-lhe o título de precursor da ciência política moderna.

No primeiro capítulo será apresentado um breve histórico da vida e obra de N. Maquiavel. Conceitos básicos para entendimento de seu pensamento realístico: *Fortuna e Virtù*. Utilizaremos aqui a obra de Maquiavel: *O Príncipe, Discurso da primeira década de Tito Lívio*, artigos e comentadores conforme bibliografia.

No segundo capítulo através da obra *O príncipe*, será abordada a questão da violência em Maquiavel na formação do Estado no período da Renascença “italiana”. Qual o argumento por ele proposto na possibilidade de legitimação da violência na manutenção do poder, se possível ou não e o sentido positivo/negativo do uso da força (violência). O que representa a violência conforme a literatura proposta por Maquiavel. A partir da prática social e seus conflitos e não por juízo moral, que as práticas violentas são constituintes da política, para uma tentativa de preservação do poder e sua estabilidade, indiferente da forma de governo. As formas violentas (força) é um dos meios necessários segundo o autor, não descartando as formas não violentas (conjugação de astúcia). Estas práticas violentas como ponto limite não garantem a manutenção do poder, porém dar-se-ia certa ordem.

Por fim, no terceiro e último capítulo. Maquiavel afirma a respeito do homem de que para chegar e manter o poder deve ter a força do leão e a astúcia da raposa. A história mostra que quem agiu como a raposa teve mais êxito, pois a astúcia propicia a simulação ou dissimulação, ou seja, aparentar o que não é e esconder o que é. Ele não se propôs a formular um tratado sistemático sobre a política, ou melhor, para ele, o mais importante era descobrir "*la verità effettuale della cosa*"¹, concebida não como algo estático, imóvel ou imaginário, mas como uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio, como conhecimento objetivo da coisa.

A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe. Esmagar ou reduzir à impotência a posição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força o poder seja deslocado deste para aquele senhor. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade de ocupar.

1 “a verdade das coisas.”

Demonstrar o papel da violência nesta política proposta por ele em um período em que a “Itália” ainda não esta unificada e sim jogada em vários confrontos internos e externos, principados e repúblicas, onde a busca pelo poder é constante e essencial. Que o realismo de Maquiavel não esta associado ao mito que foi imposto, que ele faz apologia ao mal, à destruição, maléfico, preconceitos que desestimulam o entender de seu pensamento, que por sinal muito rico no que se diz respeito a prática do agir tanto na república quanto nos principados. Tentaremos aqui demonstrar um Maquiavel que amou sua pátria, seu realismo tinha como finalidade unificar sua nação e mantê-la fora das invasões estrangeiras. Mostrou alguns passos principalmente recorrendo à história de bons exemplos que deram certo e poderiam ser copiados pelos governantes, mas a ideia central seria unificar a “Itália” como foi Roma antiga, para se chegar ao poder e mantê-lo, como realmente se fazia e se faz. A violência é sempre a condição, e o ponto limite necessário para vida política.

1.1 DADOS BIOGRÁFICOS E CONTEXTO HISTÓRICO DAS OBRAS ESCRITAS POR N. MAQUIAVEL²

O presente capítulo exhibe as principais obras de Nicolau Maquiavel, bem como os períodos de sua atuação política até sua morte. Maquiavel nasceu no dia 03 de maio de 1469, ano em que Lorenzo dei Medici posteriormente seria conhecido como o *Magnífico*. Maquiavel nasceu em uma família não tão abastada da nobreza toscana, possuindo algumas propriedades rurais e casas em Florença com algumas dívidas. Subira ao poder beneficiado pela morte de seu pai Piero.

Maquiavel quando adulto era um homem de estatura média, magro, fronte larga, olhos penetrantes e lábios finos. Com a morte de seu pai, Bernardo Maquiavel,

² Usaremos aqui o nome Nicolau Maquiavel, versão conhecida pelos leitores da língua português-brasileira e não no original italiano MACHIAVELLI, Niccolò.

herdou também uma pequena biblioteca, tendo em seu acervo o livro *História Romana* de Tito Lívio³, que talvez seja uma das obras mais importante da história. Tal livro se tornou influência direta em sua obra de maior extensão, os *Discursos*. Em 19 de Junho de 1498, aos 29 anos, é indicado ao posto de Segundo Chanceler. As chancelarias não tinham autonomia para decisões políticas, e sim, somente a função de executar decisão de outros. Posteriormente, mesmo não possuindo experiência em assuntos militares, assume como Secretário dos Dez da Guerra e, portanto figura de proa nos assuntos militares de Florença. Realiza missões diplomáticas importantes.

Suas ideias são fortemente afetadas em sua experiência diplomática de 1500 a 1503, por sua vez visitou as cortes de César Borgia, Luiz XII e Julio II, anos influenciadores para sua formação política.

A República florentina sofria ameaças, principalmente pelos Médici, que buscavam apoio para retomada do poder na cidade, então Maquiavel, colocando em prática uma das ideias de César Bórgia, decidiu recrutar sua própria milícia com cidadãos em alguns locais a redor de Florença. Esta tentativa era uma ideia considerada nova, porém os franceses e espanhóis já possuíam exércitos disciplinados que lutavam pela sua pátria. Os mercenários lutavam entre si alternadamente, sem pátria, pois o que lutara um dia por Milão em outra oportunidade mais lucrativa lutara por qualquer outra.

A missão designada por Soderini, uma longa viagem que teve com o objetivo invadir o norte da Itália com exércitos alemães, tendo Milão como aliado, foi de grande importância para que Maquiavel obtivesse uma compreensão política, pois nessa viagem ele consegue informações preciosas no que se refere ao modo de governo desta nação, que para ele é primitiva e forte fisicamente. Ao retornar a Florença, ele organiza sua milícia, com apoio de Soderini. Importante ressaltar que essa experiência exerce papel fundamental na retomada de Pisa em 1509.

Em 31 de agosto de 1512, com a ameaça de invasão por parte das tropas espanholas, sendo o inimigo fortemente armado, Piero Soderini que governava a

³ Tito Lívio (59 A.C/17 D.C) nasceu em Pádua, foi um grande historiador de sua época, sua obra mais conhecida foi *História romana*, narrando fatos desde sua fundação clássica 753 A.C (Roma) até o ano 9 D.C, sendo originalmente composta por 142 livros, porém alguns são conhecidos até hoje.

cidade de Florença como Gonfaloneiro⁴, renuncia seu cargo para evitar um saque da cidade. Os Médici, família que já governara a cidade por décadas, apoiados pelo papa, apossam novamente do poder administrativo. Em novembro do mesmo ano Maquiavel é destituído de suas funções devido, principalmente, por estar do lado de Soderini, que era considerado inimigo. Maquiavel é multado em mil florins de ouro e banido da cidade, tendo que exilar-se em sua pequena propriedade situada onze quilômetros ao sul das muralhas.

Maquiavel recebe uma carta de Soderini, que oculta a autoria devido ao fato de ser acusado de traição por tratar-se de um ex-gonfaloneiro, e por esse motivo pede para que não fosse enviado uma carta resposta, porém, Maquiavel carregado de emoções, em resposta (a carta que se perdeu) escreve:

Em Famílias e Estados, diz ele, o humor se modifica, e tal como se faz ao cavalo que dá voltas e voltas a um castelo é necessário mudar-lhes a direção para que permaneçam em alerta. O que para um Estado é certo, para outro será errado: o governante tem de se acomodar às circunstâncias – é por isso que métodos diferentes aplicados a diferentes Estados podem, não obstante, levar ao mesmo resultado. Na verdade o homem que tem êxito mais completo " é o homem que condiciona sua atitude aos tempos". Há, porém, uma dificuldade: a natureza humana é menos flexível do que a oscilação dos acontecimentos. Se o homem pudesse ver as modificações no mundo que o cerca, e modo ficar-se, teria então êxito, e o provérbio que o homem sábio pode governar as estrelas e o destino se comprovaria. Mas os homens têm visão curta, não podem modificar sua natureza, sendo por isso dominados pelo destino. (HALE, 1961.p. 120).

A citação acima se refere sobre a facilidade da transferência do poder para os Médici.

Quatros meses depois de sua destituição, Maquiavel foi vítima de acusação por conspiração aos Médici, uma lista de nomes é perdida por um jovem, Pietro Paolo Bôscoli, um adversário já conhecido dos Médici, em uma casa aparentada dos Soderini. A mesma é levada ao governo, suspeitando de conspiração. Bôscoli e seu amigo Agostini di Luca Capponi, são presos, confessando que queriam modificar o governo pelo assassinato. Assumiram sozinhos tal plano, o governo ignora tais palavras e como Maquiavel estava nesta lista também é preso, torturado e multado mais uma vez.

4 Gonfaloneiro (de gonfalonieri) era uma função muito prestigiada nas comunas da Itália renascentista e medieval, principalmente na República Florentina. O termo deriva da palavra "gonfalone", bandeira ou estandarte das cidades-Estado.

Em uma tentativa desesperadora para voltar à vida pública, mesmo sendo sobre o governo dos Médici, Maquiavel busca a atenção de Giuliano, pessoa mais próxima para a ligação entre ele e os Médici, e escreve uma petição formal em par de sonetos, pois queria apresentar-se como uma figura de letras e não mais como figura política, escrevendo em um destes sonetos:

*Giuliano, tenho os pés presos a cadeias
e seis vergões nas costas me fizeram.
E sem falar nos outros sofrimentos,
que coisas tais não faltam aos poetas.*

*Pelas paredes sobem os piolhos
que em minha limpa casa causariam
o pior mal cheiro que jamais se viu
em Roncesvalles, ou toda a Sardenha.*

*E há um barulho como o trovejar
de Júpiter e Etna: correntes
chocalhando nos presos ou libertos,
e um outro que grita que o surram demais.*

*E ao adormecer na madrugada
ouço as preces cantadas para os mortos.
Deixai que apodreçam! enquanto vós
tiverdes de meus laços piedade.*

Não foram tais poemas que o libertaram, sua liberdade foi uma consequência de uma anistia geral. Em nova tentativa para voltar à vida pública, anuncia em carta ao seu amigo Vettori dizendo que saíra da prisão e perguntou se ele podia ajudá-lo com palavras elogiosas aos Médici. Vettori escreve novamente anunciando que nada podia esperar.

Maquiavel então refugia-se em sua casa localizada em Sant'Andrea. Sentia-se extremamente ocioso, pois fora um homem muito ativo, principalmente por ter viajado muito. Agora o que faz ele se motivar pela vida política são as cartas que troca com seu ainda amigo (mesmo não conseguindo ajudá-lo) Vettori. Em uma das

cartas, devidos aos conflitos internos e principalmente externos, Maquiavel critica o fato de os italianos ainda estarem organizados em grupos mercenários, não se modificando e tornando-se bons soldados. Ele dizia que bons exércitos são compostos de tropas locais, enquanto mercenários mudam de posição rapidamente. Esta ideia já era implantada pelos romanos e posteriormente pelos suíços.

Em meio a estes acontecimentos Maquiavel escrevera um curto tratado, já em sua casa, na ociosidade, chamado de *De Principatibus*, conhecido posteriormente como, *O Príncipe*. Esse trabalho é resultado do interesse que tinha por questões externas e seu vasto conhecimento da vida política em forma como ela era realmente. Ele demonstrara uma política de forma de ação, e claro que devemos entender o que as suas decepções pessoais causaram, ele via a escrita como forma de não retaliação por parte do governo, e assim por meio dela ele poderia explicar suas angustias e as verdades de fato, num sentido da realidade visionada por ele, não deixando cair na ficção.

Nesta ociosidade, Maquiavel se sente muito incomodado com o fato de não possuir grandes bens, pois fora um homem que, devido ao seu cargo e conhecendo varias autoridades de prestígio, não consegue se ver afastado destes tempos gloriosos. E agora sua realidade é viver uma vida simples, quase como um camponês, convivendo com pessoas que outrora jamais se relacionaria, como ele mesmo disse, estava resignado a uma vida de humilhações.

Porém, em uma carta de 10 de dezembro ele demonstra como as horas que passara no seu estúdio lhe dão certo equilíbrio e sentido na vida:

'Quando chega a noite, volto para a casa e vou para meu estúdio. No umbral dispo as roupas sujas e suadas do cotidiano, e ponho a veste da corte e palácio, e nessa indumentária mais solene penetro nas cortes dos antigos onde, sendo bem recebido por eles, experimento a comida que é minha e para qual nasci. E ali, torno-me ousado, falando com eles e indagando-lhes os motivos de seus atos. E eles, em sua humanidade, respondem-me. E durante quatro horas esqueço o mundo, não lembro as humilhações, não receio a pobreza nem temo com a morte: fico completamente absorvido por eles. E como diz Dante, não pode haver compreensão sem a memória que a retenha o que ouviu, anoto o que lucro com sua conversação, e componho um pequeno trabalho, *De Principatibus*, onde mergulho o mais profundo que posso nas ideias sobre tal assunto, discutindo a natureza do governo do príncipe, as formas que toma, como se fazem, como se mantêm e porque se perdem... (MAQUIAVEL, 1996, 46)

O livro *O príncipe* é finalizado em outubro de 1513, e tem como objetivo uma análise dos principados, em especial para os novos que surgirão - resultantes de conquistas

recentes. Além disso, a obra pretendia tornar os exércitos com qualidades especiais, sendo estas qualidades provenientes do próprio príncipe, escolha certa de agentes e um exército caracterizado pela nacionalidade. A justificativa do livro é que Maquiavel considerava que a política é uma ciência que deve ser aprendida pelos homens não só como uma forma culta ou teórica. O conteúdo da obra tem uma essência própria, foi escrita como forma de satisfazer algo, sendo inicialmente feita por impulso do que propriamente como política.

No período de 1515 a 1520, ou seja, seis anos, ele escreve a maior parte de suas obras literárias: os *Discursos*, *O asno de Ouro*, *Discursos ou dialogo sobre nossa língua*, *Mandrágora*, *A Arte da guerra* e *A Vida de Castruccio Castracani*, entre outros poemas e provavelmente neste período escrevera o conto *Belfegor*.

Contente com seu trabalho, *O Príncipe*, retoma um antigo lazer que perdera devido sua amargura, sendo cada vez mais frequentador de um novo círculo de amigos, seriam eles liberais e amigos literários, desse modo eles compensavam a indiferença dos Médici, além de um patrocínio prático, admiração e estímulos francos. Reuniam-se em um grupo informal nos jardins de Oricellari. Construído por Bernardo Rucellai no século anterior, homem muito rico, culto e letrado e que tinha relações íntimas com os Médici. Nesse grupo discutiam muito sobre literatura, política e assuntos que envolviam Florença. Ambiente na qual Maquiavel sentia muita receptividade. Boa parte dos escritos dos *Discursos* foi dedicado a essas grandes amizades, além do mais, as discussões que ocorriam nessas reuniões ajudaram na composição de seu trabalho. Os *Discursos*, foi escrito em forma de comentários em um tom de exaltação. Muitas frases são empregadas com palavras – “este exemplo devia ser seguido-adotado-observado”.

Ele não usa de Tito Lívio para explicar a história de Roma, mas sim demonstrações práticas e políticas. Para ele os homens devem buscar na história acontecimentos que sirvam como exemplo para se governar, explicar as lições do passado, pois os homens sempre foram alimentados pelos mesmos desejos e paixões. Ao examinar o passado e o presente, podem compreender o que provavelmente acontecerá no futuro, aplicando soluções vindas dos antigos, e quando não alcançam objetivo, podem buscar novas soluções. Nesta busca pelo novo, ele diz: “ Resolvi seguir um caminho novo, que ainda não foi percorrido por ninguém”, ou seja, na tentativa de superar o seu tempo ao quebrar com a tradição, Maquiavel sabe que está navegando por um mar desconhecido e revolto, e por isso existe um perigo

constante como a que aventureiros e desbravadores enfrentam. Sendo seu dever, calcular os riscos que poderão surgirão no decorrer desta nova navegação.

Outro destaque nos escritos de Maquiavel fica por conta da comédia *Mandrágora*, ele já havia escrito outras peças, mas essa teve uma repercussão maior. Escrita em 1518, porém não se tem indícios que ela fora representada antes de 1520. A peça tem uma força tão grande que permite vivenciá-la no palco. Representa pessoas de carne e osso em uma cidade real com envoltórios tramais e seus absurdos, focando todas as classes. O enredo sendo uma anedota enraizada e criativa, alcançando as gerações das novelas florentinas. Os personagens são destacados pelo principal problema da peça, como se realizar uma ação má com uma boa finalidade. A peça tem um ar, ainda, do desconforto de Maquiavel perante sua vida, trechos lembram muito o quanto ele carrega o rancor ou a frustração. Os jardins de Orcellari não foi o remédio que Maquiavel buscava, mas por tempos serviu pelo menos como uma terapia.

Entre suas alegrias e decepções, decide escrever *História Florentina*, já como historiador oficial da república florentina, com salário modesto. O fato que ele não pode ofender os Médici, que contribuíram com fatos nada inocentes nesta história. A leitura da *História florentina* deve ser lida com um olhar mais de ficção.

Em maio de 1527 ocorre o saque a Roma por Carlos V. Maquiavel tem notícias que os cidadãos florentinos se rebelarão contra os Médici, e a esperança para retornar para algum alto cargo como nos bons tempos cresce, porém, logo a esperança dá lugar à decepção, pois, aos 58 anos de idade Maquiavel fica enfermo, e mesmo sendo socorrido pelos poucos amigos que ainda o consideravam, ele não resiste e morre no dia 21 de junho do mesmo ano.

1.2 FORTUNA E VIRTÙ ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA ENTENDIMENTO DE SUA POLÍTICA REALISTA.

Surgem dois conceitos chave por parte de Maquiavel: *Fortuna e Virtù*, sem eles não é possível compreender sua política, pois ai ele inaugura uma nova conjuntura da filosofia política, pode-se dizer que a partir dessas duas máximas pensa-se política de forma política, quebra-se uma tradição, pois o tema era abordado pela forma religiosa e moral. Para melhor entender estes dois conceitos

precisara elucidá-los cuidadosamente, pois são conceitos que ele remete a história de Roma antiga.

1.2.1 Fortuna

A deusa *fortuna* vem de um conceito greco-romano. Na religiosidade da Roma antiga, a deusa da sorte e do destino era responsabilizada pelos acontecimentos de ordem privada e política que poderia tanto destruir os planos quanto, de modo espantoso e imprevisto, favorecer os negócios. Segundo Skinner (1996), a *fortuna* não era considerada pelos antigos como uma força inexoravelmente maligna. Ao contrário, ele dirá que ela era uma aliada potencial cuja simpatia era importante atrair, pois a deusa possuía os bens que todos os homens desejavam: honra, glória, riqueza e por fim o poder. O fato era como descobrir o acesso a tais bens, tendo a forma casual com quem derramava sua cornucópia.

O fato de ser uma deusa, tinha-se o pensamento que a qualidade que ela mais gostava era o da coragem e virilidade, devido a isso seria imprescindível mostrar-se *vir*, homens de verdadeiras virilidades para atraí-la. Com o cristianismo esta visão foi sendo banida.

Como o Renascimento remetia aos valores clássicos greco-romanos, que a compreensão da *fortuna* postada graças ao retorno da ideia de separação entre *fortuna* e *destino*. A *fortuna* quando era considerada uma força inexorável e ameaçava a liberdade do homem.

Sustento o seguinte: é melhor ser impetuoso que cauteloso, porque a sorte é mulher, e é necessário, caso queira se submetê-la, que seja combatida e contrariada. E se consta que ela mais se deixa dominar por aquele do que por este que procede friamente. Esta é a razão de, como mulher, ser amiga dos jovens, pois estes são menos cautelosos, mais selvagens e a comandam com mais audácia. (MAQUIAVEL, 1996, 96).

Poggio Bracciolini sustentava que o homem educado e adulto, isto é, em plena posse de seus meios, estava menos sujeito do que a criança ou homem inculto aos embates da fortuna.

A *fortuna* era como uma forma violenta de destruição das construções humanas. Para Maquiavel era possível opor-se a essa força violenta, por meio da ação preventiva, que levanta muros sobre ela: a *virtù*, sendo a *fortuna* compreendida em conjunto com a *virtù*, ou seja, sua manifestação é feita através da ausência de *virtù*.

Maquiavel pretende demonstrar que há racionalidade nas obras da *fortuna* por mais destruidora que possa parecer. Sua pretensão é de aumentar a ação política, mostrar o que tem de bom na deusa, pois em muitas situações ela poderá favorecer através da inteligência, da capacidade de decidir e sucesso. O próprio Skinner (1996) vai dizer que este retorno à imagem clássica dos predicados humanos teve como principal efeito produzir, junto aos humanistas, uma noção nova e instigante das capacidades do homem para lutar contra a maré da fortuna, para canalizar e dominar seu poder, e dessa maneira se tornar, pelo menos em certa medida, senhor do próprio destino.

Na visão de Maquiavel a *fortuna* é a sorte imanente ao mundo, mesmo em aparência mitológica, por vezes ela é representada por roda, as estrelas, a mulher, os rios, jogos de azar entre outras. Desta forma ela se apresenta como variadas acepções. O comportamento humano para Maquiavel depende de sua realidade que é delimitada, assim ele define suas ações, não podendo opor-se a elas, mas adequar-se buscando a melhor oportunidade que lhe ofereçam.

Maquiavel também irá aproximar sua noção de *fortuna* a de Tito Lívio, verifica-se tal noção no próprio título do capítulo XXIX do livro II: “A *fortuna* cega o espírito dos homens quando não quer que se oponham aos seus desígnios”. E no capítulo seguinte esta aproximação é elucidada: utilizando exemplo da queda de Roma bem como no capítulo anterior demonstrando a onipotência da *fortuna*. Roma reconquista sua liberdade, não só em uma situação, mas em outras mais, graças às virtudes de suas instituições, sendo capaz de se reerguer em situações catastróficas, por ser uma república popular e armada sabendo utilizar a violência como ponto limite para tal reconquista em benefício do coletivo. Maquiavel não nega que haja influência ou existência da fortuna nas construções humanas:

Vê-se, portanto, por este discurso e por aquilo que várias vezes dissemos em outros lugares, a grande diversidade que há entre o procedimento das repúblicas atuais e o das antigas. Veem-se também por isso, todos os dias, perdas miraculosas e miraculosas conquistas. Porque, onde os homens tem pouca *virtù*, a fortuna mostra seu poder; e, assim como ela varia,

variam também com frequência as repúblicas e os estados; e variarão sempre; até que surja algum grande amante da antiguidade que a governe de tal modo que ela não tenha por que mostrar, a cada giro do sol, todo o seu poder. (MAQUIAVEL, 2007, p. 30).

Se descobirmos o que as aparências escondem e aceitarmos uma lógica na história, o acontecimento conduzirá um sentido.

Todos afinal desejam os bens da *fortuna*, ou seja, a glória e as riquezas, que, segundo os historiadores e moralistas romanos, são os melhores frutos que ela pode conceder. Segundo o florentino, a conquista da honra e da glória mundanas estabelece a mais alta finalidade de um príncipe; no que se espelha a ideia de Tito Lívio e Marco Túlio Cícero (106 A.C. – 43 A.C.).

No capítulo VI de *O Príncipe* é sustentado que cabe somente a *fortuna* oferecer oportunidade sem a qual a *virtù* é incapaz de iniciar sua obra. Esta posição é mais bem ilustrada nos exemplos dos grandes fundadores do passado: Ciro, Moisés, Rômulo. Construindo uma análise de suas vidas podemos verificar que “não receberam da *fortuna* mais do que oportunidade, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. Sem a oportunidade a *virtù* de seu espírito teria sido extinta, assim como sem a *virtù* a oportunidade teria sido em vão”. Segue o exemplo histórico dado por Maquiavel de Rômulo que utilizara da morte violenta contra seu irmão Remo, em nome da grandeza de resultados (a fundação de Roma), justificado como ocorrida em nome da futura grandeza de Roma. Então, deverá haver uma ocasião proporcionada para que haja a ação da *virtù* (mesmo ela tendo potencial), no campo da história em determinada situação da história.

Podemos observar no capítulo VII de *O Príncipe*, em seu início, Maquiavel usa do fracasso de César Bórgia para inferir novamente a *fortuna* que por vezes vem sem ação da *virtù*, e sem ela, sua continuidade levará ao fracasso:

César Bórgia, pelo povo chamado Duque Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e, juntamente com aquela, o perdeu; isso não obstante fossem por ele utilizados todos os meios e feito tudo aquilo que deveria ser efetivado por um homem prudente e virtuoso, para lanchar raízes naqueles Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe tinham concedido. (MAQUIAVEL, 2007, 30).

A extensão da influência da *fortuna* sobre o desenvolvimento político é diretamente proporcional a extensão da *virtù* do agente político, de sua capacidade de análise das situações e de avaliar as consequências destas ações, e também não menos importante o seu conhecimento prático da história e dos homens. Quanto maior e mais adequada for esta capacidade, como por exemplo o bom uso da violência, maior será o poder de ação e menor a influência da *fortuna*.

A *fortuna* poderá ser considerada como algo advindo de sua própria natureza humana independente de seu caráter, seja o da prudência ou virtude como se fosse algo nele rígido, unilateral ou imutável, em relação à variação dos acontecimentos, fazendo parte de seu interior. Maquiavel demonstra através da *fortuna* que, a despeito de todos os seus artífices sinuosos, a despeito de toda a emoção da presunçosa queda sofrida pelos bons e grandes, realmente nos deixa, tem de nos deixar um campo de ação, se não inteiramente aberto, ao menos circulável.

1.2.2 Virtù

Assim como a importância do conceito de fortuna para continuarmos entendendo sua política realista, devemos entender como o conceito de virtú esta associado à fortuna, porquanto entorno dele se articula toda a concepção política do florentino (SKINNER, 1996, p. 9). Sabe-se que Maquiavel não a define muito bem, podemos dizer que a descreve, usando de forma coerente tanto em *O Príncipe* quanto nos *Discursos*. Maquiavel relaciona Fortuna com virtú dizendo que, enquanto a Fortuna era a responsável por oferecer favores ao príncipe, a virtú é responsável por atrair tais favores e mantê-lo no poder. Dessa forma, o homem que possui virtú é capaz de atrair a sorte, onde “a liberdade do homem é capaz de amortecer o suposto poder incontestável da Fortuna” (SADEK).

Entende-se que para Maquiavel a Fortuna é um instrumento de sorte, que poderia ou não presentear ao príncipe, baseado na virtú representada na sua coragem e força em seduzi-la. O autor aborda o conceito de virtú de forma mais próxima da concepção medieval de qualidade e habilidade pessoais, do que na virtude religiosa. A *virtù* não é considerada por Maquiavel um composto de qualidades fixas, tais como coragem, justiça e sabedoria etc. Virtú é a habilidade

que o governante tem para obter sucesso pelos favores da fortuna, atingindo a glória e mantendo o poder. Maquiavel descreve a virtú como astúcia política, responsável pela excelência e sucesso do príncipe.

Segundo Skinner (1996), em Maquiavel há uma negação do sentido de *virtù* na tradição humanista, na qual ela é a qualidade que capacita o príncipe a realizar seus mais nobres fins, e a posse da *virtù* é identificada como posse do conjunto das principais virtudes.

A *virtù* de Maquiavel, portando, significa várias qualidades que permitem, quando um príncipe se alia com a *fortuna* para conquistar a sonhada honra, glória e fama. Ela poderá, devida sua complexidade de aptidões, elevar os homens a destacarem-se da mediocridade a impor as coisas por eles escolhidos. É *virtù* saber de que maneira o dirigente político deve proceder para alcançar estes bens desejados. Esta união entre *fortuna* e *virtù* pode ser observada neste trecho, nos *Discursos*:

E, assim, permaneceram até que surgisse a segunda guerra contra Cartago, que durante dezesseis anos manteve a Itália ocupada. Terminada esta, com grande glória, surgiu a guerra contra os macedônios, e, depois que esta terminou, vieram a de Antíoco e a da Ásia. Depois desta vitória, não sobrou no mundo nem príncipe nem república que, por si só ou em conjunto, pudessem opor-se as forças romanas. Mas, antes desta uma vitória, quem considerar bem a ordenação das guerras e o procedimento dos romanos, vera que a fortuna se uniram a *virtù* e grande prudência. (MAQUIAVEL, 2007, p.10).

Maquiavel entende que a fortuna é apenas metade do sucesso de um príncipe, sendo a virtú a responsável pela metade que o manteria no poder. Ou seja, ele não crê que o sucesso seja predestinado e sim considera que o sucesso é um esforço árduo e constante do homem que pretende governar uma nação, atribuindo ao homem e não aos poderes do destino, o seu estabelecimento enquanto tal.

Maquiavel considera que o poder depende principalmente da astúcia do governante em manter-se sob o comando de uma nação que o respeite, o teme e, se possível, que o ame. Ou seja, cabe ao homem a responsabilidade por seu sucesso, por meio da união das forças intelectuais e animais presentes em cada indivíduo. Assim, não basta que o príncipe tenha a força de um leão para o domínio de um território, mas sim que ele tenha a astúcia de uma raposa para manter-se no controle, sabendo quais atitudes ter, quando mentir e o que deveria aparentar aos seus governados.

O sucesso da política romana é uma consequência dos caminhos empregados por eles, da capacidade militar de seus capitães do bom uso da violência através de um exercito próprio e não mercenário e da destreza do senado e dos tribunos, ou seja, sua *virtù*: “importa, pois, muito pouco a um capitão por qual destas vias se encaminha, desde que seja um homem virtuoso, cuja *virtù* lhe de reputação entre os homens”. (MAQUIAVEL, 2007, p.21).

Boa fortuna exige *virtù* excepcional. A *virtù* aparece justamente para bloquear as ameaças da *fortuna*, ela, que oportuniza aos homens chegarem à grandeza, evitando aqueles que possivelmente se deixariam levar pelo poder imposto da *fortuna*.

Para que uma cidade alcance grandeza, é fundamental que seus cidadãos possuam consigo *virtù*, liderarem a favor do bem da comunidade ou bem comum acima de seus interesses privados. A esta liderança será digna de um príncipe.

Podemos notar que a *virtù* das ações de êxito da república romana tem atributos diferenciados em relação à *virtù* principesca, não sendo resultado da natureza dos indivíduos, pois na república encontram da mesma forma a dificuldade de adequação dos tempos, tornando-se alvos fáceis da *fortuna* em tempos adversos. O modo de funcionamento de seu governo será característica da república, sendo claro (esta ideia), ao compararmos com a forma principesca. O principado por sua vez, a *virtù* do príncipe é a última garantia de conservação do Estado. Ao passo que, os príncipes possuem uma curta vida, dessa maneira, se um reino depende de um só homem virtuoso são poucos duradouros, os principados, “porque a *virtù* acaba quando acaba sua vida e raras as vezes ocorre que se renove em seu sucessor” (MAQUIAVEL, 2007 p.,11).

A república por sua vez consegue garantir suas leis e instituições, elege um homem que representará em nome de suas instituições, pode-se dizer um tipo de ator, agindo assim de forma política. O povo não regulado por boas leis se lança nos sobejos e não tem como conter suas paixões; cidadãos honrados são resultados das melhores leis possíveis. A república possui maior estabilidade pelo fato de não depender somente da *virtù* de um dirigente na “diversidade das circunstancias”, contando com a diversidade dos cidadãos que ela compõe uma espécie de *virtù* coletiva, “servir não a seus interesses pessoais, mas aos do público (MAQUIAVEL, 2007, p. 9). Não poderia ser diferente, pois no regime misto o povo tem o poder de

participar na escolha dos magistrados e dos tribunais. A escolha popular mostra que a maioria dos cidadãos tem condições de fazer a seleção dos melhores.

A *virtù* tem o carisma do indivíduo que está em conformidade com a natureza de seu tempo, capacita-se na realização das necessidades de acordo com as circunstâncias, quer dizer, leva a uma coisa prática, numa ação de acordo com a realidade de seu tempo. O homem de *virtù* é, assim, o inventor do possível numa determinada situação concreta dada.

2. DESEJOS OPOSTOS E CONFLITANTES

Maquiavel em *O Príncipe* argumenta que, toda a cidade está originalmente separada por dois desejos opostos: o desejo dos grandes em oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado⁵. “ Quem se tornar príncipe pelo favor dos grandes e contra o povo deverá, antes de qualquer coisa, procurar conquistá-lo” (Maquiavel, 1996, p. 45).

Podemos afirmar segundo Maquiavel que a Cidade não é uma comunidade homogênea advindo da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. A Cidade é composta por lutas internas que obrigam instituir um polo superior que possa unificá-la e dar-lhe identidade. Esse polo é o poder político. Desse modo, a política nasce das lutas sociais (entre os grandes e o povo), por vezes com o uso da violência advindo das armas e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade de identidade. A ideia de bem comum e justiça (como diziam os gregos, cristãos e romanos) para sociedade é mais uma máscara com quem os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir (com violência se for necessário), e comandar o povo, como se os interesses dos grandes e dos populares fossem idênticos e todos fossem irmãos e iguais numa harmoniosa comunidade. Estas ideias formam o pensamento ou essência para manutenção do poder, pois o verdadeiro príncipe é aquele que sabe conquistar e conservar o poder e que, para isso, nunca devera aliar-se aos grandes sendo eles seus rivais diretos almejando o poder para si, em relação ao povo, aliando-se a eles, que

⁵ Nos Discursos I,4: “E sem dúvida, se considerarmos objetivo dos nobres e dos plebeus, veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres .

espera do governante a imposição de fronteiras ao desejo de opressão e mando dos grandes.

Ao principado civil se chega “ou pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes” (MAQUIAVEL, 1996, P. 43).

O principado é estabelecido pelo povo ou pelos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma destas partes; percebendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a dar reputação a um de seus elementos e o fazem príncipe, para poder, sob sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo também, vendo que não pode resistir aos grandes, dá reputação ao um cidadão e o elege príncipe para estar defendido com sua autoridade... (MAQUIAVEL, 1996, p. 45).

Deparando-se com os desejos contrários do povo e dos grandes, o líder de um principado civil deve buscar apoio do povo, ainda que ele tenha originado do poder pelo favor dos grandes. O príncipe em tempo nenhum encontrará conforto enquanto depender privativamente do apoio dos poderosos.

Maquiavel atribui tais conflitos (povo e grandes), bem compreendido, tal elogio não se dirige como se fossem desejáveis e sempre benéficos os meios que os estimulassem, tinha admiração aos efeitos *institucionais* por eles ocasionados, ao modo como Roma constituiu os canais ordinários por meio dos quais o conflito, povo e Senado, tiveram por finalidade a expansão e preservação da liberdade civil. No capítulo IV dos *Discorsi* revela-se a ruptura com seus antecessores:

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que bons efeitos que elas geravam; e não consideram em que toda república há dois humores diferentes, o do povo, e dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma (MAQUIAVEL, 2007, p. 21-22).

O desejo do povo no que tange ação regulada por leis é “mais prudente, mais estável e demais juízo que um príncipe”. príncipe” (MAQUIAVEL, 2007, p. 112) E, ainda que reconheça que o povo seja capaz de agir com crueldade, o autor sustenta que “as crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum” (MAQUIAVEL, 1996, p. 87), o desejo do povo é compatível com a liberdade, o dos grandes, por outro lado, é tendencialmente lesivo ao acervo institucional que mantém a liberdade.

O príncipe precisa ter *virtù*, mas esta é propriamente política, qualidades dos governantes para a manutenção do poder, mesmo que para isso deva utilizar-se de recursos como a violência, a mentira, a astúcia e a força. Ele rompe com a tradição que afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. O príncipe não pode ser odiado, mas sim respeitado e temido. Neste conflito de desejos antagônicos sociais distintos, os grandes e o povo, o príncipe é o mediador, e a solução dada por ele define o tipo de governo que rege o Estado. Maquiavel diz que enquanto o desejo dos grandes é tomar o poder e oprimir o povo, o príncipe deseja apenas o poder.

2.1 O ESTADO DE MODO CONCISO.

Para Maquiavel a política é marcada, não pelo ideal cristão de unidade entre os homens, mas por algo que é do homem, a constante luta pelo poder. Desse modo,

... a história é mestra de nossos atos e máximas dos príncipes; e o mundo sempre foi, de certa forma, habitado por homens que sempre têm paixões iguais; e sempre houve quem serve e quem ordena, e quem serve de má vontade e quem serve de boa vontade, e quem se rebela e se rende. (MAQUIAVEL, 1996, p.165)

Este motivo que leva os homens a mentirem, matar e se julgarem superiores aos princípios morais.

O Estado é, essencialmente, constituído por uma correlação de forças, fundada na dicotomia que se estabelece entre o desejo de domínio e opressão, por parte dos grandes ou poderosos, e do desejo de liberdade, por parte do povo, que compõe as relações sociais. A *virtù*, diz Maquiavel, consiste na compreensão desta realidade e determina a ação política do príncipe. O agir do chefe de Estado cabe de acordo com as condições e não a partir de preceitos morais individuais. Por esta razão, o que diferencia a bondade da maldade na ação política é sempre o bem coletivo e jamais os interesses individuais.

Diferentemente de Aristóteles, para Maquiavel, o Estado não tem como função principal assegurar a felicidade e a virtude. Ao contrário do pensamento medieval, este Estado não é mais a preparação dos homens para o reino de Deus.

O Estado passa a ter a sua própria dinâmica, faz política, segue sua técnica e faz suas leis (GRUPPI, 1986).

Maquiavel é um homem de vínculos com sua época. Testemunha do nascimento do moderno Estado-Nação, da separação e contraposição Estado e sociedade, fusão das massas em que o Estado e o Príncipe (encarna a hegemonia do Estado) tem autonomia do domínio político em relação às outras funções sociais, por estes novos fenômenos políticos aplica-se um pensamento especializado que regula uma nova política e que confina a moderna ciência política. A ideia de um Estado centralizado de caráter nacional é a pedra base de todo o pensamento de Maquiavel. Ele quem se reconhece como sendo o primeiro a utilizar a palavra Estado (introduzida na literatura política) para designar organismo político e talvez não haja, antes dele, quem tenha escrito de modo tão direto sobre a lógica do poder. Esta lógica ou missão prática que ilumina todo livro *O Príncipe*: as formas de acesso ao poder, os meios de ação e sua hierarquia, as qualidades necessárias ao governante, as exigências próprias da ação política, as considerações sobre a natureza humana e as possibilidades da ação, delimitadas pelo contraste da *virtú e da Fortuna*. Outro ponto também por ele elaborado um pequeno tratado de como se chegar ao poder e sobre a manutenção do poder num principado.

Não há interesse em qual forma de governo é mais eficaz, ou seja, quais as melhores formas de governo, pois o melhor governo deve ser analisado de acordo com as circunstâncias do tempo. Ele vê a violência, a fraude, e a guerra como constitutivas de toda e qualquer associação coletiva, inclusive das repúblicas e *principados*.

Maquiavel sustenta o princípio de que, do mesmo modo que o reconhecimento da política se dá pelo discernimento dos seus resultados em relação aos objetivos visados, os fins justificam os meios, tendo em aspecto que os fins, no caso, representam a construção do Estado. Em *O príncipe*, recomenda expressamente esse princípio com a discussão de que o Estado representa a maioria. “Todos veem nossa aparência, poucos sentem o que realmente somos, e estes poucos não ousarão opor-se à maioria que tenha a majestade do Estado a defendê-la – na conduta dos homens, especialmente os príncipes, da qual não há recurso, os fins justificam os meios”. (MAQUIAVEL, 1996, p. 111).

É certo que Maquiavel não prega a esmo que os fins justificam os meios; assim como tampouco dá seus conselhos aos homens comuns. Só aos príncipes, em momentos decisivos, caberia 'fazer o mal' quando ele fosse necessário para salvar a república ou a si mesmo (CARDOSO, 2010, p. 18).

2.2 VIOLÊNCIA PONTO LIMITE.

Maquiavel afirma que, os homens tendem sempre à divisão e à desunião. Por esse motivo a sociedade é marcada pela tensão devido a conflitos de interesses entre dois grupos sociais, de um lado está o povo, que deseja não ser oprimido pelos grandes, e do outro lado está o grupo formado pelos grandes, que aspiram oprimir e dominar o povo. (WINTER, 2006)

Maquiavel entende que o homem é um ser movido por forças anti-sociais, segundo ele, o ser humano tende a agir segundo impulsos egoístas, em benefício próprio e prejuízo alheio. Esta tendência apenas se modifica diante à coação, “porque o homem faz o bem quando se sente coagido a isso e o mal cada vez que tem ocasião”. (AMES, 2002, p. 123)

Diante dessa realidade compreendida por Maquiavel, ele passa a separar a moral individual da moral política. Explica que o chefe de Estado deve agir de acordo com as circunstâncias, ou seja, suas atitudes não devem ser embasadas em preceitos morais individuais. Por esse motivo, na ação política a bondade é distinguida da maldade pelo bem coletivo e não por interesses particulares. (WINTER, 2006)

Para Lefort (1972, apud WINTER, 2006), é por meio da crítica da experiência, no mundo real, no aqui e agora, que Maquiavel percebe que em cada situação existe uma política adequada. Essa política é aquela que se concilia com “o ser da sociedade, se enraíza no tempo, se dispõe a costear o abismo sobre o qual repousa a sociedade, de enfrentar o limite constituído pela impossibilidade de compor os desejos humanos”.

Como cada situação exige uma determinada ação política, o príncipe deve pautar sua ação na realidade dos fatos e não pelo “como deveria ser”. Desse modo Maquiavel explica que para manter-se no poder, um príncipe deve aprender a ser mau, e que da maldade se sirva ou não de acordo com a necessidade.

Maquiavel apresenta a autonomia da política libertando-a de qualquer questão moral. Assim, é considerado como moral o que é o bem da comunidade e,

por esse motivo, às vezes, “é permitido o recurso ao mal: o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem, o emprego da violência”. (ARANHA&MARTINS, 1993, p. 205) Ou seja, em determinadas ocasiões é permitido o uso de algumas crueldades, desde que tenha como objetivo o bem coletivo.

A violência mencionada por Maquiavel é a violência política, que é apenas justificada quando em função do bem comum. Qualquer violência que tenha como finalidade apenas a satisfação pessoal, deve ser sempre evitada. (WINTER, 2006)

Na obra O Príncipe, Maquiavel explica que os principados são divididos em grupos de acordo com a forma de acesso ao poder, esses grupos são denominados de hereditários, novos e mistos (Estados conquistados e anexados a um antigo). Os principados novos e mistos podem ser conquistados de quatro formas: 1- pela virtú, 2- pela fortuna, 3- pela violência acelerada e 4- com o consentimento dos cidadãos. (KRITSCH, 2001)

Essa classificação também corresponde as condições de estabilidade. Os principados que são conquistados com armas e virtú são difíceis de conquistar, porém fáceis de manter. Em principados que são conquistados com armas e fortuna dos outros, a qualidade do príncipe não é suficiente para a manutenção do poder, e por isso é instável. Nos principados conquistados com armas e violência extremada, é constante o risco de rebelião, a não ser que o tirano saiba usar sua crueldade, aplicando com rapidez e deixando extinguir-se com o tempo. (KRITSCH, 2001)

A estabilidade é mantida não apenas pelo uso da força, e sim por um alto grau de legitimação dos súditos, que não se rebelarão enquanto acreditarem que há alguma razão para obedecerem. Maquiavel ressalta que a conquista e manutenção do poder se dão, além da sujeição dos aliados, pela eliminação dos focos de resistência (KRITSCH, 2001)

Quando, num primeiro momento o príncipe percebe a necessidade de utilizar a força bruta (armas, violência, coerção) como meio de impor sua autoridade, ele deve saber reconhecer também quando a força deve ser substituída pela persuasão. (WINTER, 2006)

De acordo com Maquiavel, a possibilidade do uso da violência está ligada a possibilidade do governo. Ele também diz que a ordem equivale à violência administrada. Por isso a violência é condição limite para a vida política e por isso também que as boas armas antecedem as boas leis. (KRITSCH, 2001)

Não basta ao príncipe ser forte para governar. A força pode ajudar para

conquistar o poder, mas não é capaz de mantê-lo. Para que o domínio e o respeito dos súditos sejam mantidos, é necessário que o príncipe tenha *virtù*. O sucesso do príncipe está atrelado à manutenção da conquista. O homem de *virtù* deve atrair para si, a fama, a honra e a glória e, ao povo, a segurança, pois o mais importante para o povo é a estabilidade política, que é dada apenas pelo príncipe virtuoso, independentemente dos meios que ele utilize. (WEFFORT, 1989) É dever do príncipe saber usar as leis ou a força, de acordo com a circunstância, porque uma sem a outra causa instabilidade. (KRITSCH, 2001)

Desse modo, se a estabilidade política for mantida, que em última instância depende da estabilidade social, ou seja, a maneira de como são resolvidos os conflitos de interesses entre os grandes e o povo, o príncipe conseguirá, também, manter a estabilidade do Estado. (WINTER, 2006).

3 CONCLUSÃO

O foco deste trabalho na reflexão de Maquiavel sobre a violência, teve como objetivo elucidar suas contribuições para analisar a política como uma esfera autônoma da sociedade, com seus princípios e valores específicos. Maquiavel, ao analisar a política no âmbito de como ela realmente é, e não como deveria ser, ele consegue identificar o conceito de poder com a conquista do Estado e à preocupação com a estratégia da guerra para que o objetivo seja atingido, pois para ele, os meios justificam o fim, e por isso o uso da violência algumas vezes torna-se necessária.

Maquiavel revoluciona ao propor que a política possui uma ética própria, e não mais a mesma pregada pela religião. Ele reanalisa os conceitos como a virtude, fortuna e poder, e lança sobre eles um olhar crítico e prático, baseado em observações concretas livres de fundamentalismos dogmáticos. A partir dessa análise Maquiavel diz que o príncipe não precisa ser um homem bom, devoto, cumpridor de suas promessas ao povo, pois tais características são próprias da virtude cristã. Bastaria que o príncipe se guiasse pelas necessidades que surgissem de determinadas circunstâncias, tendo a astúcia para saber identificá-las e a sabedoria para saber o que fazer diante dessas necessidades.

Maquiavel, naturaliza as ações dos homens, ou seja, ele não deixa espaço para o sobrenatural, não há transcendência que resolva os problemas da política. A noção dos limites e possibilidades do homem é descrita pela relação que ele estabelece entre *virtù* (todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de manter seu estado e realizar grandes feitos) e fortuna (fluxo dos acontecimentos, entendido como o que perturba as ações e impede o cálculo). Nessa relação, Maquiavel diz que a principal fonte do poder é o próprio homem.

No pensamento político de Maquiavel, a guerra é uma forma de conquista do Estado, pois para ele a possibilidade do uso da violência está ligada a possibilidade de governo. E essa conquista pode ser feita de quatro formas: pela *virtù*, pela fortuna, pelas armas e pelo consentimento. Contudo, o autor afirma que dentre essas formas de conquista, a violência não mantém o poder sem a combinação das

outras, ou seja, o uso da força favorece a conquista do poder, mas se for utilizada sozinha, não é suficiente para manutenção deste.

Maquiavel não acreditava que o homem fosse bom por natureza. Para o autor, a parte “nobre” do homem só ressurgue por intermédio do contrato pactuado pelas leis. Ele foge da ideia cristã que prega uma bondade angelical alcançada pela libertação das tentações terrenas. Ao contrário, ele acredita que o poder, a honra e a glória, típicas tentações mundanas, são bens perseguidos e valorizados pelo homem.

Dessa maneira, o poder que surge da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força é definido de uma nova forma. O poder não está mais relacionado apenas com a força bruta, a violência, mas sim com o fato de saber utilizar a força de modo sábio. Sendo assim, o governante não é simplesmente o mais forte, mas sim o que demonstra possuir Virtú, e ser capaz de manter o domínio adquirido.

Maquiavel explica que o poder se funda na força, mas é preciso Virtú para se manter no poder. Nem mesmo o principado hereditário é seguro, o autor adverte que não há garantias de que o domínio permaneça, independente da forma de organização do poder. Um governante virtuoso deverá criar instituições que auxiliem o domínio, pois um rival poderá surgir caso não haja Virtú, boas leis, ou boas armas.

Os principais objetivos da política, segundo Maquiavel, é manter a ordem pública nas relações internas e defender a integridade da pátria nas relações externas. E o objetivo do príncipe é manter o Estado, e, uma vez controlada a Fortuna, conquistar aqueles bens oferecidos por ela: honra, glória, fama e riqueza. Para Maquiavel, o sucesso do príncipe está na posse da virtú. O governante tem que ser capaz de resistir aos inimigos e aos golpes da sorte.

Maquiavel ressalta que um príncipe sábio deve guiar-se pela necessidade, ele deve saber agir conforme as circunstâncias. Além disso, ele deve aparentar possuir as qualidades valorizadas pelos governados. A questão entre a aparência e a essência sobrepõe-se à distinção tradicional entre virtudes e vícios.

Maquiavel descreve uma política de uma forma diferente do tradicional moralismo piedoso, o que resulta em uma certa resistência à aceitação da radicalidade de suas proposições.

É importante ressaltar, que os conselhos de Maquiavel são voltados a um plano político que prevê o Principado como fonte de poder, tendo ainda, a República

como alternativa política. Entretanto, ele acreditava que a nação só estaria pronta para este modelo de governo, quando um homem forte conseguisse unificar os diversos territórios em conflito e conseguisse cumprir seu papel de regenerador da sociedade.

Por fim, existem linhas dentro da Filosofia que dizem que a obra *O Príncipe* é um livro satírico, que fez com que os governados constatassem a natureza dos príncipes e rejeitassem tal domínio. Em contrapartida, há os que afirmam que essa obra tinha apenas a intenção de agraciar a família Médici, como forma de retornar ao cargo público ao qual havia sido exonerado. Apesar disso, independentemente das correntes que estudam e defendam tais concepções, *O Príncipe* pode ser considerado um livro intrigante, feito de instrumento político por diversos líderes governamentais, e obra fundamental para todos que se interessam pela descrição analítica dos mecanismos do poder.

BIBLIOGRAFIA

ARON, R. **Prefácio**, em MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

AMES, Jose Luiz. **Maquiavel: a lógica da ação política**, EDUNIOESTE, Vol. 06, Cascavel, 2002.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CARDOSO, F. H. **Maquiavel eterno**, em MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Trad. Dario Canali. 5.ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

HALE, J. R. **Maquiavel e a Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

KRITSCH, Raquel . Maquiavel e a Construção da Política. **Revista Lua Nova** n 53. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n53/a09n53.pdf> > . Acesso em: 20 de novembro de 2013

MAQUIAVEL. **Discursos da primeira década de Tito Lívio**. 1. ed. Martins Fontes, 2007

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**, Os Pensadores, Vol. 06, São Paulo, ed. Nova Cultural, 1996.

SADEK, M. T. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú**. Disponível em: <<http://www.ceap.br/artigos/ART13102011193159.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2014.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. De R. J. Ribeiro: São Paulo: companhia das Letras, 1996

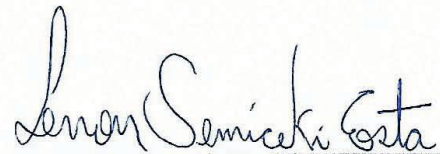
WEFFORT, F. C. (Org.). **Os Clássicos da Política**. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Série Fundamentos 62. São Paulo: Ática, 1989.

WINTER, L. M. A concepção de Estado e de poder político em Maquiavel. **Revista Unioeste**, n 13, p. 117-128, 1º semestre, 2006. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/.../1250> Acesso em 23 de novembro de 2014.

DECLARAÇÃO ANTI-PLAGIO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Por ser verdade, e por ter ciência do referido texto acima, firmo a presente declaração.



Assinatura do Aluno